

Globethics Repository



Guerra cambial: uma disputa entre gigantes [Currency war: a dispute between giants]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Fachin, Patricia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-18 09:30:55
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160356

salinhado. No momento atual, o câmbio está desalinhado, com uma forte sobrevalorização. Então, gostaria que o próximo governo alinhasse o câmbio, ou seja, valorização entre 20 a 30% da taxa cambial; isso é fundamental. Óbvio que para fazer isso é preciso um regime mais administrado da taxa cambial do que se tem hoje. Ou seja, se perde grau de liberdade em termos de flutuação. Não acredito que Serra adotará um regime de câmbio fixo, mas, certamente, será um regime com mais intervenção do governo.

IHU On-Line - Dependendo do resultado das eleições, como será conduzida a política externa brasileira?

José Luis Oreiro - Se Dilma for eleita, a política externa continuará sendo conduzida do jeito que é hoje, com alinhamento ideológico, feito por considerações como, por exemplo, ser contra os interesses imperialistas norte-americanos. Vejo com maus olhos a aproximação do governo brasileiro com os governos de Cuba, Irã e Venezuela.

Se José Serra for eleito, a política externa brasileira voltará a ser conduzida de acordo com os interesses brasileiros, o que significa dizer que, quando for de interesse brasileiro ser contra os EUA, nós seremos; quando for de interesse brasileiro ser a favor dos norte-americanos, nós seremos. Porque política externa tem de ser conduzida com base em interesses e não em considerações ideológicas, como tem sido feito nos últimos oito anos.

LEIA MAIS...

>> José Luis Oreiro já concedeu entrevistas para a IHU On-Line. O material está disponível na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

• *A atual política cambial é absolutamente perversa quanto ao PIB.* Entrevista publicada na edição 338, de 09-08-2010, intitulada *Economia Brasileira. Desafios e perspectivas*. Acesse no link <http://migre.me/1Hj4p>;

• *Projeto Ômega e desindustrialização*, publicada em 12-7-2010, nas *Notícias do Dia*. Disponível no link <http://migre.me/11ayz>;

• *Crise econômico-financeira. Projeções para 2009.* Entrevista publicada em 19-11-2008, nas *Notícias do Dia*. Acesse em <http://migre.me/11aAm>.

Guerra cambial: uma disputa entre gigantes

A guerra cambial não está apenas relacionada ao câmbio, mas está ligada às “relações econômicas internacionais que não estão resolvidas”, alerta o economista Guilherme Delgado. Para ele, a ideia de que a crise internacional terminou é falsa.

POR PATRICIA FACHIN

A guerra cambial que se desenha no cenário internacional é uma batalha entre grandes economias: “a Europa tenta defender as suas posições de competição no comércio internacional; os EUA defendem a sua situação crítica; e a China, que é o grande emergente mundial, tenta defender a sua crescente participação neste comércio mundial”. A constatação é do economista Guilherme Delgado e foi expressa na entrevista que segue, concedida por telefone à IHU On-Line.

Segundo ele, um dos principais fatores da guerra cambial está relacionado à tentativa de a economia norte-americana tentar se recuperar da crise de 2008, e com isso, o dólar, que, desde o Acordo de Bretton Woods rege o sistema monetário internacional, gradualmente pode perder espaço entre as economias. “Quando se perde a hegemonia da potência emissora da moeda de reserva, os países adotam políticas de defesas cambiais e comerciais para preservar sua posição competitiva no mercado internacional. (...) Países como o Brasil, que têm uma situação emergente no comércio mundial e que são vitimados pela crise das finanças globais, precisam se defender até que haja condições de um acordo global, no qual eles consigam se inserir de uma forma mais autônoma e segura do ponto de vista dos seus interesses estratégicos”, aconselha.

Na avaliação do economista, os países querem sair da dependência da zona do euro e do dólar “porque essas moedas estão se revelando frágeis em relação ao projeto de construção de uma nova ordem monetário-financeira internacional, que foi gestada nos anos 1940 do pós-guerra, a qual cumpriu o seu papel, mas está em fase de exaustão”.

Guilherme Delgado é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Trabalhou durante 31 anos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.

IHU On-Line - Quais são os critérios para definir a taxa cambial, hoje, no mercado global?

Guilherme Delgado - O regime cambial brasileiro, desde 1999, é de livre flutuação. Então, as transações comerciais e financeiras que o país

realiza com o exterior, as quais provocam entrada e saída de capitais (dólar ou de outras moedas estrangeiras), geram um fluxo de entrada de dólares. Já o movimento comercial de importações de mercadorias e serviços gera a saída de dólares. O

que ocorre atualmente é uma superentrada de dólares pelo lado financeiro, à medida que existe uma liquidez externa muito grande dirigida aos países emergentes como fonte de aplicações financeiras ou de investimentos. Em contrapartida, temos um movimento comercial ruim porque as exportações têm sido, crescentemente, penalizadas e diminuídas, enquanto as importações são incrementadas. Então, há um déficit de transações de mercadorias e serviços. Essa superentrada de capitais provoca uma forte apreciação do real em relação ao dólar e isso inibe as exportações, facilitando, por outro lado, as importações. Esse é o quadro que estamos vivendo: déficit nas transações comerciais e superávit nas transações financeiras, o que provoca uma forte apreciação da moeda brasileira em relação ao dólar.

IHU On-Line - É possível controlar o câmbio e o sistema financeiro? Quais as implicações do controle e da flutuação cambial?

Guilherme Delgado - A primeira implicação do atual regime é uma apreciação elevada do real. Com isso, o país perde competitividade, ou seja, capacidade de exportar. Esse movimento é também facilitador das importações de mercadorias e serviços: viajar para o exterior se torna barato, por exemplo, e essa política inibe a indústria nacional. Como se controla isso? Atualmente o governo está apelando para instrumentos fiscais, como é o caso do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF para inibir a excessiva entrada de capitais estrangeiros na economia. Inicialmente, este era um imposto extremamente baixo, de 0,30%. Depois, aumentou para 2, para 4 e deve ser aumentado para 6% afim de tentar frear o ritmo das aplicações financeiras na economia com o intuito de reduzir a valorização da moeda nacional. Há uma guerra cambial, na qual os EUA, que são os emissores da moeda de reserva internacional, estão financiando os seus déficits internos, provocados pela crise internacional, diante de forte emissão de moeda de reserva. Isso inunda o mundo de dólares e, portanto, torna a moeda muito barata. Diante disso, os países têm de

“Atualmente o governo está apelando para instrumentos fiscais como é o caso do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF para inibir a excessiva entrada de capitais estrangeiros na economia”

adotar medidas de contra-ataque para não ficarem reféns no comércio e nas finanças internacionais. O Brasil está sendo atacado por uma guerra cambial, na qual os interesses comerciais e financeiros da potência hegemônica dos EUA estão em jogo.

IHU On-Line - Pode nos explicar o que é e o que significa essa “guerra cambial”? É uma guerra entre países emergentes e desenvolvidos? Que interesses existem por trás dela?

Guilherme Delgado - Essa guerra acontece em situações de transição nas relações econômico-financeiras internacionais. Quando se perde a hegemonia da potência emissora da moeda de reserva, a linha de defesa das políticas cambiais e comerciais tenta resolver o seu problema gerando o máximo de excedentes externos, o máximo de exportações e o mínimo de importações, na perspectiva de sair bem do processo competitivo. Essa perspectiva não resolve o problema global; pelo contrário, isso tende a reduzir o comércio e as transações até que se chegue a um acordo internacional sobre condições de comércio e finanças. No momento, estamos vivendo uma guerra entre os grandes: a Europa tenta defender as suas posições de competição no comércio internacional; os EUA defendem a sua situação crítica; e a China, que é o grande emergente mundial, tenta defender a sua crescente participação no comércio internacional. Dos emergentes, como é o caso do Brasil, Índia

e China, cada qual quer preservar ou melhorar a posição competitiva. Essa situação requer um novo acordo internacional de comércio e finanças, mas, enquanto isso não acontece, a estratégia privada ou público-privada de cada país seria defender o seu quinhão. É o que se faz hoje. A expressão “guerra cambial” é verdadeira não apenas quando o assunto é câmbio, mas também quando se fala nas relações econômicas internacionais que não estão resolvidas. A ideia de que a crise internacional terminou não é verdade.

IHU On-Line - Essa guerra cambial sinaliza a não-hegemonia da moeda americana como moeda de troca internacional? Vislumbra a ascensão do yuan?

Guilherme Delgado - Sinaliza, sim, a crise do dólar. Na medida em que a potência hegemônica é debilitada na sua capacidade econômica de exercer uma competitividade global, percebe-se uma fragilidade da economia americana. A crise financeira de 2008 exacerbou essa dependência externa da economia americana em relação aos seus financiadores e aos grandes exportadores, como China e Japão. Então, tudo isso é um caldo de cultura e aponta uma debilidade da moeda de reserva internacional como grande âncora da economia global desde o pós-guerra. A China hoje é um grande credor internacional porque é o maior exportador mundial; atrela sua moeda à moeda americana. Portanto, o yuan é uma moeda desvalorizada. A grande pressão norte-americana é para que a China adote a mesma política brasileira, que é valorizar ou seguir valorizando a moeda nacional em relação ao dólar. Essa não é a política chinesa e nem deve ser a política brasileira, agora que o Brasil sentiu claramente o sintoma dessa valorização cambial. O sintoma claro é o aparecimento de déficits em conta-corrente¹ extremamente elevados. O déficit é financiado pela entrada de capitais externos de

¹ Déficit em conta-corrente: É o resultado das transações comerciais do país como o mundo (incluindo as exportações e as importações), mais os serviços e as chamadas transferências unilaterais. Reflete a quantia, em dólares, que falta ao Governo para quitar seu saldo negativo na balança comercial. Inclui ainda outros custos, como o de seguros, fretes marítimos e os demais gastos do comércio externo. (Nota da IHU On-Line)

empréstimos ou de riscos. A entrada expressiva desses capitais valoriza a moeda nacional e, portanto, torna as exportações menos competitivas e aumenta a condição do déficit. O Brasil estava ignorando o déficit como um problema, mas agora adotou uma política defensiva em relação à entrada excessiva de capitais estrangeiros, passando a tributar. O país está na linha certa, embora, isso tenha sido feito tardiamente.

IHU On-Line - Brasil e China pretendem desenvolver um sistema de câmbio direto entre real e yuan, sem passar pelas cotações do dólar e do euro. Quais as vantagens e desvantagens dessa relação cambial para a economia brasileira? O Brasil tem condições de fazer esse tipo de negociação?

Guilherme Delgado - Essa relação sinaliza a crise da moeda de reserva. Quando se estabelecem outras moedas como referência no comércio, supostamente a moeda de reserva não cumpre mais esse papel. Por outro lado, esse tipo de medida também não é uma solução porque, se o Brasil estabelecer um acordo bilateral com a China para fazer do yuan uma moeda de reserva e vice-versa com o real, cria-se um sistema monetário muito complexo e baseado em convênios e não no intercâmbio e na capacidade de ter uma moeda simples que possa expressar o intercâmbio mundial de mercadorias. Os países querem sair da dependência da zona do euro e do dólar porque essas moedas estão se revelando frágeis em relação ao projeto de construção de uma nova ordem monetária-financeira internacional. A transição a esse processo de hegemonia financeira em geral é demorado. Esse assunto será retomado nesta fase de instabilidade monetária internacional.

IHU On-Line - Como avalia a relação cambial entre Brasil e China?

Guilherme Delgado - O país tem uma situação de relação comercial com a China relativamente desfavorável ao Brasil porque, assim como os EUA, a China tem uma moeda muito desvalorizada. Então, uma relação Brasil X China de forma privilegiada, sem al-

“O Brasil está sendo atacado por uma guerra cambial, na qual os interesses comerciais e financeiros da potência hegemônica dos EUA estão em jogo”

terações cambiais que permitam um novo padrão de paridades entre as moedas, pode não ser funesta, por um lado, porque o Brasil será inundado de produtos chineses. De qualquer modo, perderá competitividade industrial, da mesma forma como perderia também para a economia americana, mantida essa paridade atual. É preciso ter um novo quadro de paridade entre as moedas euro, dólar, yuan, real, etc. que reflita uma relação econômica internacional mais equilibrada para que os países não apresentem déficits em conta-corrente de forma crescente e insustentável, como é o caso brasileiro. O Brasil está caminhando para uma situação de déficit em conta-corrente insustentável. Portanto, isso não é um bom parâmetro para se fazer acordos internacionais. Temos de mudar a nossa relação cambial seja mediante um pacto internacional, se houver, ou através de políticas internas defensivas para evitar uma crise cambial. Esse ainda não é o caso presente no Brasil porque temos reservas altas, mas essas reservas não resolvem o problema futuro, quando se acumula déficits crescentes e se precisa cada vez mais de empréstimos ou entradas de capitais para financiar esses déficits. Ou o Brasil resolve esse problema, ou qualquer acordo assimétrico seja com a China, EUA, ou União Europeia, não irá resolver a questão. Uma nova relação com a China é importante desde que o Brasil consulte o interesse nacional estratégico nesse campo.

IHU On-Line - Então o Brasil tem mais a ganhar com a valorização do yuan?

Guilherme Delgado - O Brasil tem mais a ganhar com uma certa valorização da moeda chinesa porque a sua desvalorização, acompanhando a desvalorização da moeda americana, aumenta a nossa dependência externa. A política de desvalorização do yuan é boa para a China, mas não é boa para o Brasil. A valorização da moeda chinesa é boa para o Brasil no sentido de inibir o déficit em conta-corrente com a China, mas, evidentemente, isso afetará o preço das *commodities* que o Brasil exporta para a China e terá outras consequências.

IHU On-Line - Quais as consequências para a economia global caso um acordo cambial entre China e Brasil se torne real?

Guilherme Delgado - Essa relação Brasil X China tem muito mais a ver com a oposição face aos EUA porque eles ainda são a única moeda de reserva mundial e têm uma estratégia de emissão crescente dessa moeda de reserva com o fito de resolver problemas internos. Os EUA têm um déficit público monumental, em parte, em função da ajuda que teve de dar aos bancos.

IHU On-Line - E como a guerra cambial afeta programas sociais como o Bolsa Família?

Guilherme Delgado - O Bolsa Família é um programa periférico, embora seja importante para as pessoas que recebem esse dinheiro. Mas é um programa pequeno e restrito do ponto de vista do impacto macroeconômico, por mexer com 0,5% do PIB, embora atinja 12 milhões de famílias. O programa é afetado porque se têm menos recursos fiscais. Mas, diria que 0,5% do PIB se resolve fazendo-se inversões de recursos. O problema todo é a política social de conjunto, que paga benefícios monetários e não monetários na previdência, na saúde, na educação, na assistência social e no desemprego. Ela representa praticamente ¼ do PIB. Então, o que está em risco é o conjunto da política social.

IHU On-Line - Serra tem anunciado em sua campanha eleitoral que irá aumentar o salário mínimo para R\$ 600,00 caso seja eleito? Ele sempre

foi favorável ao ajuste fiscal e agora promete reajustes salariais. Na atual conjuntura, é possível fazer esse reajuste?

Guilherme Delgado - Serra está fazendo uma proposta oportunista, mas que não é inviável. O salário mínimo é de R\$ 520,00 e o crescimento do PIB desse ano será em torno de 7%. Com a inflação em torno de 3,5 ou 4% e o incremento nominal de dez pontos percentuais, o salário mínimo passaria de R\$ 520,00 para R\$ 590,00 e seguiria o padrão de crescimento do PIB nominal. Então, a proposta do candidato é a mesma tese que já vigora no governo atual. A diferença é que o PT está tendo dificuldade de se comunicar com o público. Para o ano de 2011, daria um reajuste de 10% no salário mínimo, isso significa quase R\$ 590,00. Isso não é impossível de fazer; mas Serra foi oportunista no sentido de anunciar essa proposta para um ano só, enquanto a política do governo Lula é baseada em critério de reajuste de salário mínimo em função do PIB do ano anterior, numa forma mais permanente. Serra está conseguindo, na mídia, mostrar uma imagem que o governo deveria estar mostrando, mas não está conseguindo. A política de valorização do salário mínimo que o governo Lula adotou a partir de 2004 é essa: crescimento de salário com base no crescimento do PIB real. Dilma ficou preocupada demais com o aborto, tema que do ponto de vista eleitoral não tem essa importância toda.

IHU On-Line - Dependendo do resultado das eleições presidenciais, como será conduzida a política cambial?

Guilherme Delgado - A candidata Dilma se encaminha para fazer a reforma tributária. Logo, essa proposta tem de entrar na agenda do Congresso nos seis primeiros meses, que é quando o governo tem seu estado de graça e uma maioria parlamentar indiscutível. Minha preocupação é o conteúdo dessa reforma, porque tem várias naturezas e orientações. A reforma tributária de 2008, do governo Lula, feita pelo grupo do Palocci, era muito ruim. Penso que o novo governo terá de fazer um ajuste fiscal à força, no sentido de ter uma certa governabilidade sobre os gastos correntes. Se a economia con-

tinuar a crescer no padrão de 5 a 7%, tudo fica mais fácil porque, quando a economia cresce, a arrecadação também aumenta. Se tiver uma parada no crescimento econômico, aí terão de discutir as prioridades. Na realidade, esse discurso do ajuste fiscal como peça de resistência é para os economistas conservadores. A solução para essa questão está muito mais na direção de uma reforma tributária do que nas políticas conjunturais. É preciso uma reforma que socorra os fundos necessários para prover os direitos sociais e o financiamento da política social regulamentada na constituição.

LEIA MAIS...

> O economista Guilherme Delgado já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

- *A volta do Projeto Ômega*. Entrevista publicada em 7-7-2010. Acesse no link <http://migre.me/1HOkM>;
- *Anistia fiscal permanente: um ato de corrupção*. Entrevista especial com Guilherme Delgado, publicada em 25-7-2009. Acesse no link <http://migre.me/1HNT1>;
- *'Há dólar demais no sistema econômico brasileiro'*. Entrevista publicada em 15-7-2007. Disponível no link <http://migre.me/1HO1m>;
- *"Energia Elétrica: esse é que o grande constrangimento para viabilizar o crescimento de 5% ao ano"*. Entrevista publicada em 12-01-2007. Acesse no endereço eletrônico <http://migre.me/1HO6c>;
- *Crise financeira internacional: o melhor é esperar*. Entrevista publicada na edição 233, publicada em 27-08-2007. Acesse no link <http://migre.me/1HOdB>.

>> Ainda sobre economia e temas abordados nesta edição, confira as publicações a seguir.

- *A crise da zona do euro e o retorno do Estado regulador em debate*. Edição 330, de 24-5-2010. Acesse em <http://migre.me/12Pa4>;
- *Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil*. Edição número 317, publicada em 30-11-2009. Acesse no link <http://migre.me/pH5L>;
- *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crises e horizontes*. Edição número 301, publicada em 20-7-2009. Disponível no link <http://migre.me/pH7f>;
- *O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado*. Edição número 291, de 4-5-2009. Acesse no endereço eletrônico <http://migre.me/pH8Q>;
- *A crise capitalista e a esquerda*. Edição número 287, publicada em 30-3-2009. Acesse no link <http://migre.me/pH9P>;
- *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*. Edição número 278, de 21-10-2008. Acesse em <http://migre.me/pHco>;
- *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*. Edição número 276, de 6-10-2008. Disponível no link <http://migre.me/pHe0>;

LEIA AS NOTÍCIAS DO DIA EM
WWW.IHU.UNISINOS.BR